

LEVANTAMENTO HISTÓRICO DO GRUPO DE EXTENSÃO: FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS – FORSGD DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG

Micheli Michalczyszyn¹

Maria Elganei Maciel²

RESUMO

O Trabalho desenvolveu-se pela inquietação da pesquisadora em obter mais informações sobre as ações realizadas pelo grupo de extensão: Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Municípios da Região dos Campos Gerais – FORSGD da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. O estudo, dentro de uma abordagem qualitativa, desenvolveu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica e busca responder à seguinte problemática: De que forma o grupo de extensão FORSGD contribuiu para o fortalecimento do sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes? Objetiva-se: Desenvolver um levantamento histórico do grupo de extensão, analisar os relatórios produzidos de 2012 a 2016, levantar o número de municípios e público atendidos, verificar os resultados conquistados com a aplicação do projeto em quatro municípios da região dos Campos Gerais, em relação à garantia dos direitos das crianças e adolescentes. O projeto FORSGD, realizou a interação e desenvolvimento entre alunos e professores, nas diferentes áreas de formação e dos profissionais que atuam na área da infância e adolescência. Também desenvolveu diversas atividades, dentre elas destacam-se: grupos de estudo; capacitações para os profissionais envolvidos nas áreas de saúde, educação e assistência social dos municípios da região dos Campos Gerais e assessoramento para fortalecer e/ou criação de redes de proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência, buscando contribuir com a articulação das políticas de proteção da população infanto-juvenil. O projeto mostrou-se relevante, pelo trabalho desenvolvido e pelo público atingido e necessita de ações dos municípios para sua eficácia e continuidade.

Palavras-chave: Histórico. FORSGD. Direito. Crianças. Adolescentes.

¹ Micheli Michalczyszyn – Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia Faculdade Sant'Ana.

² Maria Elganei Maciel – Mestre em Recursos Humanos para a Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e professora nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Educação Física e Filosofia da Faculdade Sant'Ana.

1 INTRODUÇÃO

Com a participação nas reuniões no grupo de extensão FORSGD, em 2014, através de uma parceria entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e a Faculdade Sant'Ana, houve a inquietação por parte da pesquisadora em obter maiores informações sobre o trabalho realizado pelo grupo e desta forma, fazer um levantamento histórico, pesquisando como esse grupo contribui para o fortalecimento do sistema de garantias de direitos de crianças e adolescentes.

O estudo, dentro de uma abordagem qualitativa, utiliza-se de uma pesquisa bibliográfica;

A pesquisa bibliografia trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto com o objetivo de permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (TRUJILLO, 1974 *apud* LAKATOS; MARCONI, 2001, p.43).

Este trabalho busca responder à seguinte problemática: De que forma o grupo de extensão: Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Municípios da Região dos Campos Gerais – FORSGD contribui para o fortalecimento do sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes? Os objetivos propostos buscam: Desenvolver um levantamento histórico do grupo de extensão: FORSGD; Analisar os relatórios produzidos de 2012 à 2016 pelo FORSGD; Levantar o número de municípios e público atendido nos municípios da região dos Campos Gerais; Verificar os resultados atingidos/conquistados com a aplicação do projeto FORSGD, em 4 (quatro) municípios da região dos Campos Gerais, em relação à garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

No Brasil, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece a legislação para cuidados com as crianças e adolescentes. O referido estatuto especifica que toda criança deverá estar protegida de ações que possam prejudicar seu desenvolvimento. No entanto, a realidade de transgressão a esse direito atinge uma parcela significativa de crianças, que têm seu cotidiano permeado por variadas formas de violência, (FRANCISCHINI; SOUZA, 2007). Assim, mesmo com a

implantação do respectivo estatuto as crianças e adolescentes ainda continuam sofrendo violência de diferentes ordens.

No Brasil, de acordo com Costa, *et al.* (2007) o fenômeno da violência tem mobilizado as diferentes áreas do conhecimento, no estabelecimento de parcerias que buscam agilizar diferentes estratégias de prevenção e intervenção, no enfrentamento do problema. Essa prática visa assegurar o cumprimento de princípios legalmente assegurados no ECA, quanto às políticas e programas voltados à violência social e interpessoal contra crianças e adolescentes.

Deste modo, o projeto FORSGD, vem realizar a interação entre alunos, nas diferentes áreas de formação, para que haja um Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, como a própria sigla do projeto já traduz.

Para Preuss *et al.* (2013) a proposta do Projeto de Extensão é desenvolvida através da integração de saberes diversos (cotidianos, científicos – de áreas diversas, etc.) dos atores que atuam na área da infância e adolescência, visando Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes dos municípios da região dos Campos Gerais, tendo em vista a inserção do Projeto de Extensão na Comissão Regional de Enfrentamento à Violência contra crianças e Adolescentes, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A metodologia de trabalho é compreendida como um processo participativo, vivencial e dialógico.

Comungando com essas premissas em relação à violência contra crianças e adolescentes muito presentes tanto na escola como na sociedade de modo geral, é que surgiu o desafio à pesquisadora em buscar mais informações das contribuições realizadas pelo respectivo projeto, dentro dos municípios dos Campos Gerais.

2 FORSGD: UM RECORTE HISTÓRICO

O Projeto de Extensão: Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Municípios da Região dos Campos Gerais – FORSGD é parte do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre a Infância e Adolescência - NEPIA, que está localizado no Campus Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

O Núcleo de Estudos, Extensão, Pesquisa e Assessoria na área da Infância e Adolescência - NEPIA foi criado em 1996 através do Departamento de Serviço

Social, o qual se constituiu como um Núcleo de Estudos, voltado para a área da infância e adolescência, onde se discutia os determinantes histórico-culturais relacionados a essa temática (SOUZA; RUEDA, 2016, p. 2).

O núcleo de pesquisa tem o objetivo de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre professores, estudantes e pesquisadores na área da cidadania e da proteção social, buscando alternativas referentes às condições sociais das famílias, crianças e adolescentes brasileiras na atualidade, reafirmando os compromissos e as estratégias de ações dos integrantes do sistema de garantia de direitos.

Segundo Schimidt Junior (2014) em 1999, com a assessoria de Projeto de Extensão Pró-ONG ao Movimento de Meninos e Meninas de Rua, foi organizado um núcleo de trabalho com vários temas, envolvendo o Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, professores e acadêmicos da área social.

No ano 2000, o Núcleo de Estudos sobre Família, Infância e Adolescência se consolidou a partir do Departamento de Serviço Social. A partir desse momento de mudanças, houve a institucionalização de um espaço coletivo, o qual articulava a participação da sociedade civil e de entidades governamentais, criando espaços para reflexões, debates, discussões e trocas de experiências voltadas para as políticas sociais na área da criança e adolescência dos municípios dos Campos Gerais, (SOUZA; RUEDA, 2016, p. 3)

A parceria para assessorias na área da infância e da adolescência, antes ficava a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Para Assis *et al.* (2009) a partir do ano de 2002 com a parceria entre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA e o Departamento de Serviço Social iniciou-se uma série de atividades de assessoria na área da infância e adolescência (capacitações, seminários, pesquisas, entre outros) o que culminou na estruturação do NEPIA. O trabalho desenvolvido pelo NEPIA torna-se relevante diante das dimensões que vem tomando o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes.

Diante desta realidade faz-se necessário a elaboração de formas de enfrentamento e de prevenção. De acordo com Schimidt Junior, (2014),

em 2002, houve um período de intensas atividades de assessoria na área da infância e adolescência, através do núcleo de estudos sobre família, infância e adolescência realizando capacitações, seminários e pesquisas.

Estas atividades contribuíram para a estruturação do NEPIA, fortalecendo as atividades desempenhadas frente a elaboração de formas de enfrentamento e de prevenção na área da infância e da adolescência (SCHIMIDT JUNIOR, 2014, p.47).

Entre 2002 e 2004, segundo o relatório final do projeto de serviço de extensão (2005) houve o desenvolvimento do projeto “Prevenção à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes no Município de Ponta Grossa”, desenvolvido por acadêmicos e professores do curso de Serviço Social e profissionais da área da educação. Foram desenvolvidas atividades em escolas que possuíam um maior número de casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes notificados junto ao Conselho Tutelar e paralelamente a isso foram realizados grupos de estudos, seminários, pesquisas e produções documentais. Ou seja, várias ações de enfrentamento à violência.

De acordo com Assis *et al.* (2009) o NEPIA acabou se configurando como alternativa de desenvolvimento do processo de formação profissional de alunos de graduação e pós-graduação das áreas sociais e demais profissionais envolvidos com a área da criança e do adolescente, fortalecendo a interdisciplinaridade e instigando a produção de pesquisas, extensão e assessoria na área.

Neste mesmo sentido, Schimidt Junior (2014), ressalta que o NEPIA atua fortalecendo a interdisciplinaridade no que se refere à discussão e conhecimento da temática e à construção de experiências entre acadêmicos, profissionais e professores, o que pode ser observado através de produções como: pesquisas, extensão, assessoria, grupos de estudos e discussão, participação em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Entre maio e julho de 2006, segundo o relatório final do projeto de extensão (2006) foi desenvolvido o projeto Conhecer, Capacitar e Prevenir: Uma Proposta de Enfrentamento da Violência Intrafamiliar no Município de Ponta Grossa – PR onde foi desenvolvido um projeto de prevenção à violência com o Clube de Mães da Casa do Menor Irmãos Cavanis.

entre os projetos acolhidos pelo NEPIA, estão o Projeto Plugados na Prevenção, que surge em 2009, através da aproximação da disciplina de Tópicos Especiais I (sexualidade), do curso de Graduação em Serviço Social, pela UEPG. Nesta disciplina foi desenvolvido um trabalho relacionado à temática DST/AIDS, onde foi constituída uma pesquisa de campo na Coordenação Municipal DST/AIDS, afim de encontrar informações e material sobre o assunto (SCHIMIDT JUNIOR, 2014, p.48).

De acordo com Assis, *et al.* (2009) em 2009 desenvolveu-se o Projeto “Conhecer, Capacitar e Prevenir: uma proposta de enfrentamento à violência familiar contra crianças e adolescentes no município de Ponta Grossa-PR”. O projeto tinha como cenário principal as Unidades de Saúde da Família, já que estas se configuravam num espaço de referência para a população e os profissionais deveriam ter por princípio a identificação dos casos de violência, tornando-se um *locus* privilegiado de discussão e ressignificação das relações sociais permeadas pela violência, em especial, àquelas desenvolvidas no seio familiar.

O projeto FORSGD visa realizar a interação e troca de conhecimentos entre os docentes, discentes de graduação e pós-graduação, nas diferentes áreas de formação, para que haja um desenvolvimento e fortalecimento do sistema de garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Para Moreira *et al.* (2013) no ano de 2012, entre agosto e dezembro o projeto de extensão desenvolveu diversas atividades, dentre elas destacam-se: grupos de estudo os quais tiveram como objetivo propiciar espaços de reflexão e formação específica para os acadêmicos sobre a temática da infância e da juventude, realizado com a equipe do projeto, discutindo-se temas relacionados ao ECA, Sistema de Garantias de Direitos e Rede de proteção. Também foi construído um diagnóstico da situação da Rede de Proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social nos municípios dos Campos Gerais.

A infância é uma fase de liberdade, desenvolvimento e descobertas. É nesta fase que a criança se conhece, percebe seu corpo e o meio em que vive e é nesta fase que se inicia, segundo Ribeiro e Martins (2004), a formação da cidadania, construindo sujeitos conscientes de seus direitos e deveres.

No Brasil, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece a legislação para cuidados com as crianças e adolescentes e cria um sistema de garantia de direitos infanto-juvenis. Os direitos das crianças e adolescentes, como sujeitos de direito, encontram-se assim descritos pelo ECA, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art 2º -considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se

excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art.3º - a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art.5º- nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990, s/p).

Os direitos das crianças e adolescentes devem ser assegurados e respeitados trabalhando-se com a prevenção de todo tipo de violência, negligência e opressão.

De acordo com a SEED (Secretaria de Estado da Educação),

A violência contra crianças e adolescentes acontece em todas as classes sociais, no entanto, costuma ser mais evidenciada nos segmentos marginalizados cultural e economicamente, devido à pouca privacidade que possuem suas moradias e ao acesso destes aos serviços de denúncia públicas (conselho tutelar, SOS criança, delegacias). Nas outras classes oculta-se mais a violência no espaço privado da família e, muitas vezes, paga-se pelo silêncio dos profissionais que tomam conhecimento dos casos (PARANÁ, 2010, p.09).

A violência pode estar camuflada nas famílias, sendo resultado de abusos e ameaças. E esta é uma das mais difíceis de ser descoberta e tratada. Pode também fazer parte do cotidiano, estando escancarada e sendo presenciada por todos os membros da família e mesmo assim permanecer de forma omissa.

Corroborando sobre o tema Fernandez (2005) afirma que, o fenômeno da violência transcende a mera conduta individual e se converte em um processo interpessoal, por afetar pelo menos dois protagonistas: aquele que a exerce e aquele que a sofre. Uma análise um pouco mais complexa permite-nos distinguir também um terceiro afetado: quem contempla sem poder ou querer evitá-la.

De acordo com a SEED violências diversas implicando atores (sujeitos) diversos, acontecendo sob formas diferentes (violência física, psicológica, emocional, simbólica) (PARANÁ, 2010, p.15).

A criança e adolescente vitimizados também têm o direito de convivência familiar, devendo, quando possível, permanecer na companhia de seus irmãos e do pai, mãe ou responsável que não tenha sido o (a) causador(a) do abuso praticado, de preferência na própria residência (DIGIACOMO, 2013).

Ainda em relação à violência a SEED descreve que,

A criação ideológica de uma cultura da violência nas classes pobres é um dos mecanismos mais perversos para a perpetuação desse fenômeno numa sociedade que produz desigualdades. Nesse sentido, a atuação do Estado é de fundamental importância para que o ciclo da cultura da violência seja superado (PARANÁ, 2010, p. 98).

A Lei nº 8.069/90 (ECA) seu Art. 7º, estabelece o sistema de garantias de direito para criança e adolescente. Segundo a Lei crianças e adolescentes têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. De acordo com Digiácomo (2010)

O moderno “Sistema de Garantias” não mais contempla uma “autoridade suprema”, sendo o papel de cada um de seus integrantes igualmente importante para que a “proteção integral” de todas as crianças e adolescentes, prometida já pelo art. 1º, da Lei nº 8.069/90, seja alcançada Digiácomo (2010, p. 1).

Neste sentido, as redes de proteção, funcionam como teias, amarrações ou entrelaçamentos que vão atuar em situações de vulnerabilidade em que a criança e adolescente são expostos.

A Rede de Proteção é o conjunto de ações integradas e intersetoriais favorecendo a atenção integral, especialmente à infância e à juventude, não pressupõe um novo serviço, mas sinaliza a necessidade de uma concepção que valoriza a integração e a intersetorialidade (BRASIL, 2006).

A Rede de Proteção não é somente uma expressão utilizada na sociedade contemporânea para o enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, mas uma forma de trabalho a ser adotada para agilizar e viabilizar o trabalho de vários setores públicos. É uma forma de organização social e de participação coletiva, onde a responsabilidade é compartilhada por todos (PARANÁ, 2010, p. 92).

Deste modo, para o estabelecimento da Rede de Proteção é fundamental que aconteça.

intersetorialidade, integração e articulação, ou seja, um conjunto de ações integradas e intersetoriais a fim de prevenir a violência, principalmente a doméstica e sexual, e proteger a criança e o adolescente em situação de risco (PARANÁ, 2010, p. 92).

Os objetivos específicos da rede de proteção, segundo Muraro (2008) são explicitar os casos de violência contra crianças e adolescentes; capacitar os profissionais da área de educação para acionar a rede; monitorar e acompanhar casos de reincidência da violência e realizar ações voltadas para a prevenção da violência, conforme manual da rede de proteção.

3 OBJETIVOS/ FINALIDADE DO PROJETO

O projeto apresenta como característica a equipe multidisciplinar, formada por professores, profissionais e acadêmicos das áreas de Serviço Social, Pedagogia, Direito e Psicologia, contribuindo para a articulação entre as políticas públicas, buscando Fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em 18 Municípios do Paraná, na Região dos Campos Gerais, sendo eles: Arapoti, Carambeí, Castro, Ivaí, Ipiranga, Imbaú, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Porto Amazonas, Ponta Grossa, Piraí do Sul, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

De acordo com Souza e Rueda (2016, p. 6-7), objetivos do projeto são:

Objetivo Geral: Capacitar os profissionais do Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes dos 18 municípios da região dos Campos Gerais para atuarem de forma qualificada na rede de Proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades sociais e vítimas de violência.

Objetivos Específicos: 1) Assessorar e capacitar os municípios na implantação dos Planos Municipais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, e também na implantação do Sistema de Notificação e das redes municipais de proteção às vítimas de violência. 2) Contribuir com a construção de protocolos municipais intersetoriais, para estabelecer fluxos de encaminhamentos e responsabilidades em casos de violência contra crianças e adolescentes (SOUZA; RUEDA, 2016, p. 6-7, grifo nosso).

Para Shimidt (2013) citado por Schimidt Junior (2014, p.49), o projeto embora não execute políticas voltadas à população infanto-juvenil (dado o seu caráter de formação acadêmica), tem contribuído na discussão de metodologias de trabalho com famílias, crianças e adolescentes e especialmente na criação de metodologias de capacitação e assessoria.

As temáticas desenvolvidas no grupo de pesquisa são revisadas anualmente, onde propõe-se um cronograma com o planejamento das assessorias aos

municípios, palestras e datas de eventos, como o 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes). Devido à mudança da equipe multidisciplinar é necessário traçar um plano de estudos para o desenvolvimento do grupo e continuidade do projeto.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

Foram analisados os relatórios do projeto de extensão no período de 2012 a 2016. Os profissionais que foram atendidos através do projeto são de diversas áreas, como saúde, educação e assistência social, Conselheiros Tutelares e Conselheiros dos direitos da criança e do adolescente dos 18 municípios dos Campos Gerais.

Entre 2012 e 2013 participavam do projeto 4 docentes das áreas de Serviço Social, Direito e Pedagogia e 8 discentes, sendo 6 graduandos da área de Serviço Social, 1 graduando de Direito e 1 mestrando em Ciências Sociais Aplicadas. De acordo com Moreira *et al.*, (2013)

a proposta do Projeto de Extensão é desenvolvida através da integração de saberes diversos (cotidianos, científicos – de áreas diversas, etc.) dos atores que atuam na área da infância e adolescência, visando fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes dos Municípios da região dos Campos Gerais, e tendo em vista a inserção do Projeto de Extensão na Comissão Regional de Enfrentamento à Violência contra crianças e adolescentes, representando a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a metodologia de trabalho é compreendida como um processo participativo, vivencial e diagnóstico (MOREIRA *et al.*, 2013, p. 4).

Em 2012, no período de agosto a dezembro, o projeto de extensão desenvolveu diversas atividades, dentre elas destacam-se: grupos de estudo que tiveram como objetivo “oportunizar espaços de reflexão e formação específica para os acadêmicos tendo como temas a infância e a juventude, realizados com a equipe do referido projeto, onde foram discutidos temas relacionados ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)” (PREUSS, 2013, p. 3).

para dar continuidade ao projeto, foi necessário capacitar os acadêmicos da equipe. Notamos a necessidade de embasamento teórico nas áreas da infância e da juventude, conhecimentos do ECA, da rede de proteção, do Sistema de Garantias de Direito (SGD). Para tal procedimento, adotou-se a metodologia do grupo de estudos, onde toda a equipe contribui no método de estudos, ou seja, quando o ECA foi estudado pelos integrantes, cada

qual ficou responsável por estudar uma parte específica, este mesmo, era responsável por dividir com os outros integrantes sua participação, abrindo espaços de debates para que as dúvidas que surgissem fossem sendo sanadas. (SCHIMIDT JUNIOR, 2014, p.50)

Para Schimidt Junior (2014), todo o processo de grupos de estudos, ou como era chamado “pequenos seminários” era tutelado pela coordenadora do projeto e esta atribuía as dúvidas da parte teórica do ECA, fazendo ligações com movimentos atuais, metodologia tornando os temas discutidos mais sensíveis e compreensíveis à percepção de todos.

Em 2012, segundo Preuss, (2013 p. 3), foi realizada a construção de um “diagnóstico da situação da Rede de Proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social nos municípios dos Campos Gerais”.

De acordo com Moreira *et al.* (2013), a partir do diagnóstico desenvolvido foi observado que 78% dos municípios não possuem planos municipais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; apenas 22,2% dos municípios utilizam o sistema de informação de agravos de notificação – SINAN para registros de casos de violência contra crianças e adolescentes; em 45% dos municípios não há qualquer forma de capacitação para os profissionais que atuam com situações de violência contra a população infanto-juvenil.

Com as informações da pesquisa realizada, foi solicitado aos municípios o desenvolvimento dos planos municipais de enfrentamento à violência, onde verificou-se as dificuldades de desenvolvimento do plano, o desconhecimento sobre o plano municipal já descrito e a falta de informações. Outra dificuldade encontrada é a constante mudança no quadro de funcionários, pois é alterado de acordo com a gestão, podendo até ficar engavetado ou até mesmo destruído. Para Souza e Rueda (2016),

posteriormente, o projeto foi se deparando com novas demandas, principalmente voltadas para as assessorias dos 18 municípios da região dos Campos Gerais; com relação à construção, monitoramento da avaliação dos planos municipais de enfrentamento a violência; bem como capacitações voltadas para profissionais que trabalham na área de enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes; fortalecimento da Comissão Regional de enfrentamento à violência contra Crianças e Adolescentes (SOUZA; RUEDA, 2016, p.05).

Além disso, foi realizado parcerias com as Secretarias de Estado da Educação, da Saúde e da Família e Desenvolvimento Social e com a Fundação Araucária, para o desenvolvimento do projeto.

Em novembro de 2012, no auditório do Campus Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, foi realizado o primeiro evento do Projeto de Extensão FORSGD, denominado “Identificando sinais de violência contra crianças e adolescentes e mobilizando a Rede de Proteção”, (PREUSS, 2013, p. 3).

O objetivo do evento foi de capacitar os profissionais do sistema de garantias de direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente para os profissionais da saúde, educação e assistência social para atuarem de forma qualificada na rede de proteção às vítimas de violência e contou com a participação de 163 profissionais da rede de educação da região Campos Gerais, além de profissionais das áreas de saúde, assistência social, conselheiros tutelares e gestores públicos (MOREIRA, 2013, p.3).

Ainda em 2013, o projeto de extensão realizou o curso de formação para criação e fortalecimento de Redes Municipais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Segundo Preuss (2013), o objetivo do evento foi capacitar profissionais para a implantação das comissões municipais interinstitucionais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes e realizar capacitação para montagem dos planos municipais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. O evento teve a participação de 191 profissionais na primeira etapa e 163 na segunda etapa.

Também foram realizadas reuniões com os hospitais da região e com o Instituto Médico Legal – IML, sobre o atendimento às vítimas de violência sexual, com o ministério público para a implantação da metodologia do “Depoimento sem Dano” na coleta de informações junto às crianças e adolescentes vítimas de violência, elaboração de projeto de intervenção de estagiários e elaboração de apostila para assessoria na formulação dos Planos Municipais de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes.

Os docentes participaram ativamente de atividades desenvolvidas por outras instituições, tais como o palestrante no 3º Fórum de Enfrentamento à Pedofilia, participação como formadoras no evento da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa e cursos de Formação Continuada para Conselheiros Tutelares e de Direitos do Paraná.

Houve participação em 7 eventos científicos realizados no Brasil entre 2012 e 2013, além da publicação de um capítulo de livro e um artigo para revista.

Entre dezembro de 2013 e agosto de 2015 participavam do projeto 4 docentes das áreas de Serviço Social, Direito e Pedagogia, além de 12 discentes, sendo 6 graduandos da área de Serviço Social, 3 graduandos de Direito, 2 graduandos em Psicologia, 1 graduando em Pedagogia, 1 advogado voluntário e 1 residente técnico em Psicologia.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo grupo de extensão, em 2014 estão a avaliação do “Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil” descrito pelos municípios e a elaboração de um documento geral com as observações e sugestões que foram apontadas para o plano de cada município, como suporte para as assessorias. As assessorias foram realizadas nos municípios de Telemaco Borba, Ponta Grossa, Reserva, Imbituva, Palmeira e Castro.

Em 2014 também houve a participação do FORSGD no I Simpósio NEDDIJ – Direito da criança: Enfrentamento a violência contra a criança e adolescente no Paraná. No evento a professora Cleide Lavoratti, falou sobre “Os desafios do trabalho intersetorial no enfrentamento à violência contra a criança e adolescente” e a professora Marisa Marques Ribeiro que fez uma explanação sobre “O papel da escola no enfrentamento à violência contra a criança e adolescente”.

Para Inojoza (1999), citado por Moreira *et al.* (2013)

o enfrentamento da violência intrafamiliar requer a criação e ou fortalecimento de “redes de compromisso social” com a criança e com o adolescente, entendendo-as como um conjunto articulado de instituições governamentais, não-governamentais e informais, ações e informações, serviços e programas, que priorizem o atendimento integral à criança e ao adolescente, na realidade local, sob gestão descentralizada e participativa (INOJOZA, 1999 *apud* MOREIRA *et al.* 2013, p.03).

Em abril de 2014 foram ministradas 4 oficinas ao Programa Adolescente Aprendiz, onde foi apresentado de forma objetiva o código de menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente, desvelando o tratamento dado ao público juvenil e falando sobre os direitos fundamentais contidos no ECA.

Em maio de 2014, foi realizado o evento “Metodologia de escuta qualificada de crianças e adolescentes vítimas de violência”, tendo 320 participantes.

Foram realizados outros eventos pelo grupo de pesquisa, como: II Encontro dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social - SUAS em agosto de

2014, com o tema: O papel dos centros de referência especializada de Assistência Social (CREAS) na efetivação da Rede de Proteção Social Especial no SUAS, estando presentes psicólogos, conselheiros tutelares, voluntários, assistentes sociais e enfermeiros de cidades como Telêmaco Borba e Tibagi; Palestras na empresa RodoNorte com enfoque na violência sexual, tendo como público alvo os profissionais da empresa, sendo realizados em Ortigueira, Carambeí e Balsa Nova e oficina em Ventania .

O evento “Entre o Real e o Imaginário: O estatuto da Criança e do Adolescente: 25 anos depois, em julho de 2015 contou com 200 participantes.

Ainda em 2015 o projeto passou para uma nova modalidade caracterizando-se como Projeto Universidade Sem Fronteiras ligada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Governo do Estado do Paraná, passando a receber recursos para pagamento de bolsistas (estagiário e profissionais recém-formados), além de materiais e equipamentos para o desenvolvimento de suas ações, o que possibilitará ampliar as atividades do projeto.

Em novembro de 2015 foi realizado o evento “Capacitação inicial para os conselheiros tutelares dos 18 municípios da região dos Campos Gerais”. A capacitação, que contou com a participação de 90 Conselheiros Tutelares, aconteceu em quatro grupos de trabalho, com os temas: O papel e a atuação dos conselheiros tutelares nos municípios; Postura ética dos conselheiros tutelares no atendimento a famílias, crianças e adolescentes; Humanização, comprometimento e responsabilidade no atendimento aos usuários do Conselho Tutelar e o trabalho dos conselhos tutelares em rede nos municípios.

Além destas atividades, o grupo também participou de reuniões da CEVES (Comissão de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual); Exposição de banner no evento XII Jornada Científica dos Campos Gerais da Faculdade Sant’Ana; Apresentação do artigo no 13º CONEX – Encontro conversando sobre extensão em Ponta Grossa, com o tema “Assessorias para o fortalecimento da rede de proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência na região dos Campos Gerais-PR”; Elaboração de artigo para o VI Congresso Paranaense de assistentes Sociais, com o tema “Fortalecimento do sistema de garantias de direitos humanos de crianças e adolescentes nos municípios da região dos Campos Gerais-PR”; Visita técnica para conhecer as instalações e fortalecimento de parcerias do FORSGD com o NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes em Ponta

Grossa – PR. Visita técnica em Curitiba-PR para conhecer a rede de Proteção à pessoas vítimas de violência.

Foram realizadas oficinas em novembro de 2015 para o Projeto Adolescente Aprendiz, apresentando a história das crianças e adolescentes no Brasil, especificando o código de menores e o ECA, trazendo os mesmos como sujeitos de direitos. O evento contou com 28 participantes.

A coordenadora professora Cleide Lavoratti, também participou de reunião envolvendo todas as Universidades Estaduais do Paraná, em dezembro de 2015, para articular uma proposta de ações coletivas de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes no Estado do Paraná e da reunião com a diretoria do Hospital Universitário dos Campos Gerais, em dezembro de 2015 para a sensibilização quanto à necessidade de implantação de serviço de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Em 2016, segundo o relatório do projeto, foram realizadas 13 assessorias aos municípios da região dos Campos Gerais para profissionais do Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, educação, saúde, assistência social e juízes. O objetivo foi monitoramento dos planos municipais de enfrentamento à violência e construção dos fluxos de atendimento e responsabilidades na rede de proteção.

Para a mobilização da sociedade referente ao dia 18 de maio “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” foi realizado um evento intitulado “Semana de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes”, com 771 participantes, onde buscou-se propiciar um espaço de reflexão sobre o tema com profissionais, acadêmicos e sociedade em geral.

Em junho de 2016, foi realizado um evento alusivo ao “Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil”, com o objetivo de discutir a categoria do trabalho infantil enquanto problemática presente na sociedade brasileira e contou com 225 participantes.

Além disso, foram realizadas oficinas referentes ao combate à violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes no município de Ipiranga-PR; Capacitação para os educadores sociais e a equipe técnica da Casa Lar em Castro-PR; Oficinas do “programa Adolescente Aprendiz” do município de Ponta Grossa-PR; Assessorias a comissão regional de enfrentamento à violência contra crianças e

adolescentes; Assessorias para a articulação e implantação do serviço de referência às vítimas de violência sexual no hospital regional dos Campos Gerais; Reuniões de articulação de rede de proteção à crianças e adolescentes vítimas de violência no município de Ponta Grossa-PR, realizado pelo NUCRIA; Capacitação sobre o sistema de informação de agravos de notificação (SINAN), promovido pelo município de Ponta Grossa-PR e elaboração de um artigo “Configurações da Rede de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência na Região dos Campos Gerais-PR”, apresentado no 15º CBAS-Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Olinda-PE.

Antes das assessorias e eventos é realizada pela equipe do projeto FORSGD um planejamento das ações, organização do trabalho, do material e divisão das atividades entre os integrantes do grupo, pensando sempre na necessidade do município ou instituição.

Após os eventos e assessorias, o grupo se reúne e realiza a avaliação do evento, onde cada integrante faz suas considerações e uma avaliação escrita que deve ser entregue à Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Esta avaliação é importante pois propicia o desenvolvimento de novas iniciativas de capacitação realizada pelas equipes municipais, potencializando assim as ações realizadas pelo projeto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto FORSGD contribuiu para a formação de mais de 3000 profissionais do SGD, que participaram das capacitações e assessorias entre 2012 e 2016.

Também foi importante para a formulação e reavaliação dos planos municipais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, onde 17 dos 18 municípios atendidos elaboraram seus planos. Observou-se, através dos relatórios, o desconhecimento dos profissionais sobre os planos municipais já descritos e a falta de informações dos profissionais envolvidos, ou seja, os municípios precisam promover a comunicação e trabalhar efetivamente em rede, para que o trabalho seja realizado de maneira eficaz.

Observou-se, no decorrer dos relatórios, que profissionais que atuam em situações de violência e vulnerabilidade social da população infanto-juvenil não têm conhecimentos suficientes sobre a área que atuam, sendo necessário o investimento

em políticas públicas para que as capacitações sejam contínuas, de modo a garantir que o profissional esteja preparado quando se deparar com estas situações.

A dificuldade de deslocamento para os municípios, devido à falta de motorista e a dificuldade de agendamento das assessorias também foram relatadas.

Com relação aos resultados atingidos com a aplicação do projeto FORSGD, em 4 (quatro) municípios da região dos Campos Gerais, em relação à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, foram levantados os dados dos municípios de Ponta Grossa, Castro, Palmeira e Carambeí, portanto, atingindo ao objetivo proposto neste estudo.

A forma como são conduzidas as atividades do grupo de pesquisa proporcionam o desenvolvimento crítico e favorecem a formação dos alunos e profissionais, pois é necessário estudo dos temas e desenvolver a pesquisa para os desafios propostos.

A participação no projeto de extensão foi um diferencial para a formação da pesquisadora na área de Pedagogia, já que é necessário desenvolver a pesquisa, a discussão, o compartilhamento de experiências e entender os problemas que fazem parte do cotidiano.

Survey history of extension group: assurance system strengthening of human rights of children and teenagers in the region of municipalities of Campos Gerais – FORSGD of UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG

Abstract: The work developed by the restlessness of the researcher in obtaining more information about the actions taken by the extension group: System Strengthening Human Rights Guarantee of Children and teens in the municipalities of the region of Campos Gerais - FORSGD the Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. The study, within a qualitative approach, developed from a literature search and answer the problematic search: How the extension group FORSGD contributed to strengthening the rights of children and teens assurance system? It aims to: Develop a historical survey of the extension group, analyze the reports produced from 2012 to 2016, raising the number of municipalities and public attended, verify the results achieved with the implementation of the project in four municipalities in the region of Campos Gerais in respect to ensuring the rights of children and teens. The FORSGD project, carried out the interaction and development among students and teachers in the different areas of training and of professionals working in the field of childhood and teens. Also developed several activities, among them stand out: study groups; training for professionals involved in health, education and welfare of the municipalities in the region of Campos Gerais and advice to strengthen and / or create safety nets to children and teens who are victims of violence, seeking to

contribute to the articulation of protection policies of children and teens. The project proved to be relevant for their work and the public reached and requires actions of municipalities to their effectiveness and continuity.

Key-words: Historic. FORSGD. Right. Children. Teens.

REFERÊNCIAS:

ASSIS, Andriéle Galvão de; BARRETO, Tatyla Marques; GAWRONSKI, Adriane Rosa S.; LIMA, Karine Fabiane de; HOLZMANN, Liza. A capacitação de agentes multiplicadores para a formação da rede de proteção de combate à violência contra crianças e adolescentes do Município de Astro-PR. In: CONEX- Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG, 8, 2009. Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2009. p. 1-6. v.1.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Cria o Estatuto da criança e do adolescente. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <[Http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18403/estatuto_crianca_adolescente_13ed.pdf?sequence=27](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18403/estatuto_crianca_adolescente_13ed.pdf?sequence=27)> Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR). Parâmetros Metodológicos do PAIR. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.v., 12p. Disponível em: <http://www.sociedadesemear.org.br/arquivos/20110520142354_programadea%C3%A7%C3%B5esintegradasreferenciaisdeenfrentamento%C3%A0viol%C3%Aanciasexualcontracrian%C3%A7aseadolescentesnoterrit%C3%B3riobrasileiropair.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

COSTA, Maria Conceição Oliveira; CARVALHO, Rosely Cabral de; BÁRBARA, Josele de F. R. Santa; SANTOS, Carlos Antonio S. T.; GOMES, Waldelene de A.; SOUSA, Heloísa Lima de. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Feira de Santana, v.12, n.5, p.1129-1141, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v12n5/04.pdf>> Acesso em 18 mai. 2015.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Estatuto da Criança e Adolescente Anotado e Interpretado**. 6 ed. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, Centro de apoio operacional das Promotorias da criança e do adolescente, 2013. 207 p.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente e o Desafio do Trabalho em “rede”**. 2010. Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/Sistema_Garantias_ECA_na_Escola.pdf> Acesso em: 05 out. 2015.

FERNANDES, Isabel. **Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade**. São Paulo: Madras, 2005. 207p.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – FORSGD. **Relatórios Final do projeto de extensão**. Ponta Grossa: UEPG, 2012-2013.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – FORSGD. **Relatórios Final do projeto de extensão**. Ponta Grossa: UEPG, 2013-2015.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – FORSGD. **Relatórios Final do projeto de extensão**. Ponta Grossa: UEPG, 2015-2016.

FRANCISCHINI, Rosângela; SOUZA NETO, Manoel Onofre de. Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Projeto Escola que Protege. **Rev. Dep. Psicol.,UFF**, Niterói, v. 19, n. 1, p. 243-251, 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jun. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001, 220 p.

MOREIRA, Dircéia, PREUSS, Lislei Teresinha; LAVORATTI, Cleide; RIBEIRO, Marisa Marques; SCHMIDT JUNIOR, Elemar. Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. In: CONEX- Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG, 11, 2013. Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2013. p. 1-6. v.1. Disponível em:<[http://www.uepg.br/proex/anais/trabalhos/11/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Oral/Oral%20\(183\).pdf](http://www.uepg.br/proex/anais/trabalhos/11/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Oral/Oral%20(183).pdf)> Acesso em: 06 jun. 2016.

MURARO, Hedi Martha Soeder (Org.). **Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência**. Curitiba: Secretaria Municipal de Saúde, 2008. 160 p.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. **Enfrentamento a violência na escola**. Curitiba: SEED- PR., 2010. p. 92-172 (Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos).

PREUSS, Lislei Teresinha; SANTOS, Geisi Francielle de Jesus; SCHMIDT, Elemar Junior. Projeto de Extensão: Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Municípios da Região dos Campos Gerais. In: IX JORNADA DE ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL, 9, 2013. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2013. p. 1-5. v.1. Disponível em:<<http://www.pitangui.uepg.br/ixestagioss/anais/Projeto%20De%20Extens%C3%A3o%20Fortalecimento%20Do%20Sistema%20De%20Garantias%20Dos%20Direitos%20Humanos%20De%20Crian%C3%A7as%20E%20Adolescentes%20Nos%20Mun>>

[ic%C3%ADpios%20Da%20Regi%C3%A3o%20Dos%20Campos%20Gerais.pdf](#)>
Acesso em: 18 mai. 2015.

RIBEIRO, Marisa Marques; MARTINS, Rosilda Baron. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**: A realidade velada e desvelada no ambiente escolar. Curitiba: Juruá, 2004. 144 p.

SCHIMIDT JUNIOR, Elemar. **Relato de experiência do projeto de extensão**: fortalecimento do sistema de garantias de direitos humanos de crianças e adolescentes nos municípios dos campos gerais, 2016. 89f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Serviço Social)- Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

SOUZA, Gabrielle de; RUEDA, Marjory Furlan. **Documentação do Estágio Supervisionado**: Caracterização do Campo de Estágio; Referencial Teórico; Projeto de Intervenção e Avaliação do Projeto. UEPG, 2016.